

A CARTA DA ESCRAVA PIAUIENSE ESPERANÇA GARCIA: UMA ANÁLISE SOCIOLINGUÍSTICA

Valdulce Ribeiro Cruz Sousa (UFPI)
valdulce@colegiocerto.com.br

Introdução

O presente trabalho visa discutir, à luz da sociolinguística, uma abordagem variacionista e de letramento, situando letramento enquanto prática social de produção escrita da carta de uma escrava piauiense, encontrada no Arquivo Público de Teresina, em 1979, pelo antropólogo historiador e pesquisador baiano Luís Mott, na qual a referida escrava cujo nome era Esperança Garcia, denuncia ao Presidente da Província de São José do Piauí os maus tratos físicos sofridos por ela e por seu filho. Abordagem essa que não permite uma dissociação entre o uso da variação linguística e o nível de letramento, proporcionando reflexões acerca dessa temática, de forma que se tenha uma visão científica de variação linguística e se confirme letramento numa perspectiva sócio-histórica. Para tanto, usamos os fundamentos de teóricos como Calvet (2002), Costa (2000), Tarallo (1999), Soares (2006), Lopes (2006), Tfouni (1995), Kleiman (2007), Mollica (1992), Marcuschi (2007), Bazerman (2007), dentre outros.

A necessidade de abordar essa temática surgiu da constatação de que muitos ainda creditam à língua portuguesa a característica de homogeneidade e assim desprezam e estigmatizam as variações linguísticas. Percebemos também que, infelizmente, nem sempre os usos linguísticos que um indivíduo ou grupo realiza são fundamentados na noção de letramento como prática social dentro de determinado contexto. E a forma como um indivíduo ou grupo utiliza sua língua revela suas características sociais e culturais.

Dentro dessa perspectiva, é oportuna a observação sobre linguagem e sociedade posta por Alkmim (2001, p.23): “Linguagem e sociedade estão ligadas entre si de modo inquestionável. Mais do que isso, podemos afirmar que essa relação é a base da constituição do ser humano”.

Na carta da escrava Esperança Garcia, podemos observar várias atividades, atos e manifestações linguísticas da referida escrava dentro de seu meio social, possibilitando assim uma leitura de vários aspectos do seu letramento, o que lhe conferiu o poder de reivindicar e argumentar perante uma autoridade. Essa observação fica muito clara na fala de Mollica (2007, p.16): “Assim, o letramento tem que ser entendido como práticas sociais em que se constroem identidade e poder, extrapolando-se os limites da escrita”.

Para atingir os objetivos pretendidos, selecionamos como *corpus* a carta produzida por Esperança Garcia. Essa carta será analisada na íntegra, entendendo-se como na sua totalidade, por meio da qual verificamos a ocorrência de formas arcaicas, de alterações fonéticas e na grafia, dentre outras.

Para realizar a referida análise recorreremos também à pesquisa do historiador e antropólogo Luis Mott, que nos possibilitou situar o *corpus* num contexto histórico, social e cultural.

1 A Sociolinguística

De acordo com Calvet (2002), o primeiro a reconhecer o caráter social da língua foi Antoine Meillet (1866-1936), linguista francês que, discordando *post-mortem* do seu mestre Ferdinand de Saussure e aproximando a Linguística da Sociologia, defendia que:

Por ser a língua um fato social resulta que a linguística é uma ciência social, e o único elemento variável ao qual se pode recorrer para dar conta de variação linguística é a mudança social (CALVET, 2002, p.16).

Rompendo com a noção abstrata de língua de Saussure, Meillet procura ver nela algo concreto como parte de um mundo social igualmente concreto.

Outra forma de análise social da língua surge com os teóricos marxistas, entre os quais se destaca Nicolai Marr (1864-1934) que defendia a concepção de língua como instrumento de classes. Marr torna-se o teórico oficial da extinta União Soviética até 1950 quando, depois de críticas feitas a ele por Bakhtin e seus discípulos foi desautorizado publicamente pelo próprio ditador Josef Stalin. Seu prestígio, no entanto, seguiria firme na China comunista.

Nos Estados Unidos, Basil Bernstein, especialista inglês em sociologia da educação, foi o primeiro a realizar pesquisa entre alunos filhos de trabalhadores e filhos de pessoas abastadas. Ele concluiu que as crianças da classe trabalhadora apresentavam uma taxa de fracasso muito maior que as crianças abastadas, o que o levou a definir dois códigos: o código restrito e o código elaborado.

Porém é com os estudos de William Labov sobre a fala dos negros nova-iorquinos que a Sociolinguística ganha seu primeiro teórico ocidental. Labov teve de criar sua própria metodologia de trabalho e sua própria teoria concluindo que Sociolinguística é a linguística.

Dentro desta perspectiva – Sociedade e Linguagem-, convém enfatizar que a relação entre elas constitui o fenômeno linguístico e que, impossível é dissociá-las. Para estudar esse fenômeno, faz-se necessário levar em conta o contexto histórico e social no qual ocorre.

O estudo da linguagem é pertinente e interessante sob vários aspectos, sobretudo no sentido de que em qualquer tempo e em toda sociedade, o homem utiliza-se de algum código de comunicação. Isto é, a linguagem é o elo entre os seres e permeia toda a história da humanidade.

Podemos perceber através da evolução diacrônica da língua, suas transformações no tempo e espaço. É o que ocorre com os metaplasmos (alterações sofridas pelas palavras durante sua evolução do Latim para o Português), o vocalismo (estudo da evolução dos fonemas vogais na passagem do Latim para o Português), o consonantismo (estudo das transformações que ocorreram com os fonemas consonantais na sua evolução histórica), além dos vocábulos portugueses provenientes do latim e do arcaísmo das palavras.

1.1 A Variação Linguística

Todas as línguas mudam, pois elas não permanecem estanques através do tempo e das mudanças sociais. Daí surgem as variações linguísticas, que para Tarallo (1985) são definidas como diferentes formas de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto. Assim, podemos dizer que a língua por apresentar faces múltiplas e ser heterogênea, admite a existência de uma gama de variações que expressam o comportamento social e cultural do falante. E o que determina a escolha de uma variação ou outra é a situação concreta de comunicação e a possibilidade da língua expressar a variedade cultural existente em qualquer grupo. Assim, é indubitável que a variação é inerente à natureza da linguagem humana.

Logo, e partindo da visão de que a linguagem é um fenômeno inato e universal, é imprescindível deixar de particularizar os usos da língua, pois o mais importante é determinar como essa capacidade vem se adequando enquanto prática social. A esse respeito, Marcuschi (2007, p.16), faz essa assertiva:

[...] Assim, não serão primeiramente as regras da língua nem a morfologia os mercedores de nossa atenção, mas os usos da língua, pois o que determina a variação linguística em todas as suas manifestações são os usos que fazemos da língua. São as formas que se adequam aos usos e não o inverso.

A variação linguística não é um fato isolado e pontual restrito a essa ou àquela língua, pelo contrário, é um fenômeno linguístico encontrado em todas as línguas conhecidas do mundo. Tida como “erro” por séculos pelos gramáticos normativos. Somente com os estudos do norte-americano Labov, nos anos 70, é que se passou a ver a variação sob a perspectiva científica.

Sabemos que as línguas mudam todos os dias e que nessa mudança diacrônica ocorre a mudança sincrônica. Precisamos, no entanto, assimilar essas mudanças como um fator positivo, relevante e imprescindível ao desenvolvimento da linguagem humana. Os diversos usos linguísticos são formas alternativas realizadas conforme os falantes e o contexto no qual estão inseridos.

É o que se dá com o português brasileiro onde o mesmo objeto pode ser denominado de diferentes formas em diferentes regiões brasileiras. Costa (2000) exemplifica isso com os vocábulos *tanja*, *tangerina*, *mexerica* e *mimosa*, todos com o mesmo significado. Diante dessa riqueza de variação dentro de uma mesma língua reverbera Bagno:

É lamentável que uma coisa tão maravilhosa, complexa e apaixonante tenha sido reduzida, na tradição escolar, a uma divisão estúpida entre “certo” e “errado”, ainda mais estúpida porque se baseia em preconceitos sociais e culturais que já devíamos ter abandonado há muito tempo (2007, p. 43).

Ou seja, não se trata de eleger uma forma em detrimento de outra sob o pressuposto de que uma é “melhor” ou “superior” a outra, pois tais valores não são de origem linguística, mas preconceituosa. Seguindo esse raciocínio, Costa (2000) defende que a fala de um indivíduo é a marca da sua condição social e também revela o grupo social o qual está inserido.

Assim sendo, o indivíduo ao falar expõe seu repertório linguístico e este denuncia sua condição social no meio da comunidade de falantes na qual este produz sua enunciação, e não poderia ser diferente, visto que é em seu meio social que este adquire seu vocabulário básico com o qual ele se comunica com os seus semelhantes.

Nesta perspectiva, Bortoni (2005, p. 14) ratifica essa linha de raciocínio, dizendo: “o comportamento linguístico é um indicador claro da estratificação social”. Verifica-se cotidianamente que o falante adequa sua linguagem às situações específicas, ou seja, o estilo do falante depende do outro que está presente na interação, do tema e do contexto social, espacial e temporal.

1.2 Letramento

Este não é um termo de fácil definição, pois o mesmo se refere a um leque muito grande de práticas sociais que envolvem leitura e alfabetização e produção escrita. De acordo com Lopes (2006) “a palavra letramento é uma tradução literal da palavra da língua inglesa

literacy” e, segundo a mesma autora, o termo só passou a ser empregado no Brasil na década de 80 do século passado. Este termo ainda não se encontra dicionarizado.

Uma das concepções de letramento que se pode citar é a de Soares, para quem “letramento é o conjunto de práticas sociais ligados a escrita em que os indivíduos se envolvem em seu contexto social. (2005, p. 27) ou ainda que confirme que o letramento apresenta “os aspectos sócio-históricos da aquisição da leitura e da escrita por uma dada sociedade” (2006, p. 30)

Não devemos, porém, confundir letramento com alfabetização, pois embora esta esteja incluída naquele, o primeiro se refere a um conjunto muito maior de práticas sociais e envolve mesmo pessoas não alfabetizadas, pois como diz Marcuschi (apud Lopes),

Na medida em que identifica o valor do dinheiro, identifica o ônibus que deve tomar, consegue fazer cálculos complexos, sabe distinguir as mercadorias pelas marcas, etc, mas não escreve cartas, nem lê jornais regularmente (...) Letrado é o indivíduo que participa de forma significativa de eventos de letramento e não apenas aquele que faz uso formal da escrita (2006, p. 40-41).

Esta concepção de letramento envolve uma gama muito maior de práticas sociais, que vão muito além da ideia de alfabetização formal, mediada pela escola. Os eventos sociais de letramento ou as práticas sociais de letramento estão presentes na vida do indivíduo das mais variadas formas, independentemente de se ter o domínio formal da leitura e da escrita. Nas palavras de Kleiman (2008, p. 15): “o domínio de outras formas de uso de escrita significa o acesso a outros mundos, públicos e institucionais, como por exemplo o da mídia, o da tecnologia, da burocracia pública, entre outros”.

E é baseado neste sentido de letramento como forma de acesso a burocracia pública que este artigo busca analisar a carta da escrava piauiense Esperança Garcia.

Segundo Bazerman (2007, p.110), “aprender a escrever significa aprender a assumir uma presença ousada no mundo e entrar em complexas e sofisticadas relações com os outros”. Essa percepção é clara na carta a ser analisada, pois Esperança Garcia mostra sua ousadia ao reivindicar seus direitos e assim também expõe aspectos psicológicos e cognitivos através da reconstrução do ambiente histórico e social em que ela experimentava, usando uma ferramenta disponível para ela: a carta.

2 A Carta

Segue, abaixo, a transcrição fiel da carta de Esperança Garcia enviada ao Presidente da Província do Piauí, com data de 6 de setembro de 1770, extraída de José Neto (2010).

Teor da Carta Denúncia

“Eu Sou hua escrava de V. S. dadministração do Cap^{am} Ant^o Vieira de Couto, cazada. Desde que o Cap^{am} p^a Lá foi adeministrar, q. me tirou da faz^da dos algodois, aonde vevia com meu marido, para ser cozinheira da sua caza, onde nella passo m^{io} mal.

A Primeira hé q. ha grandes trovoadas de pancadas enhum filho meu sendo hua criança q. lhe fez estrair sangue pella boca, em min não poço esplicar q. sou hu colcham de pancadas, tanto q. cahy hua vez do Sobrado abacho peiada; por mezericordia de Ds escapei.

A segunda estou eu e mais minhas parceiras por confeçar a três annos. E huã criança minha e duas mais por Batizar.

Pello q. peço a V.S. pello amor de Ds. E do Seu Valim^{to} ponha aos olhos em mim ordinando digo mandar a Porcurador que mande p. a Faz^{da} aonde elle me tirou p^a eu viver com meu marido e Batizar minha filha.

De V.S. Sua escrava Esperança Garcia” – 06.09.1770

Partimos, então, para a análise minuciosa do *corpus*, que ilustra o presente artigo.

A carta foi encontrada pelo pesquisador baiano Luis Mott em 1979 no Arquivo Público do Piauí. Para que se possa compreender seu conteúdo, convém fazermos aqui uma breve visão histórica da Capitania do Piauí.

De acordo com José Neto (2010), o Piauí surgiu de doações de sesmarias feitas pelo governador de Pernambuco a pessoas que ele desejava agradar ou mesmo como forma de pagamento por serviços prestados à coroa portuguesa. Uma dessas pessoas foi Domingos Afonso Mafrense que, ao morrer, deixou cinquenta fazendas de gado para a Companhia de Jesus. Estas fazendas tornaram-se núcleo de povoamento de várias cidades do Piauí, tais como Amarante e Castelo do Piauí.

Em 1760, Portugal ordena a expulsão dos jesuítas do território brasileiro e o confisco de seus bens. Assim, as fazendas de gado que Mafrense deixara para os jesuítas passam à administração da Capitania, juntamente com seus escravos. Como diz José Neto:

Com a expulsão dos jesuítas, as fazendas sequestradas da Companhia de Jesus foram incorporadas ao patrimônio da Coroa Real e a administração desses bens passou a ser objeto de cobiça e de disputa dos habitantes da Capitania. Em face disso, seus administradores se esmeravam em cuidados e excessivos zelos, não apenas em relação ao rebanho de gado, mas também com relação ao contingente de escravos que, por sua vez, era o maior da Capitania. Qualquer deslize poderia implicar em demissão (2010, p. 210).

Assim, fica-se sabendo que Esperança Garcia era escrava confiscada aos Padres jesuítas e de propriedade do governo do Piauí. Provavelmente, ela deve ter sido alfabetizada por esses padres, o que não era comum no período da escravidão, porém não de todo impossível. Basta-se referir ao caso de Cruz e Sousa, maior expoente do Simbolismo no Brasil, ele mesmo um escravo alfabetizado por seus donos.

Faremos a análise da carta a partir de estruturas sintagmáticas para que possamos avaliar pormenorizadamente as variações presentes:

– **Eu sou hua escrava de V. S.** aqui aparece a forma arcaica do artigo *uma*, que ainda pode ser detectada em conversa com pessoas da zona rural das cidades piauienses. O pronomes de tratamento aqui empregado está de acordo com os padrões da época conforme Alkmin (apud Bentes, 2001, p.34)

A forma de tratamento “Vossa Senhoria” é atestada nos meados do século XV como expressão reservada ao rei. Já no final do século XVI, este perde seu estatuto de realeza, sendo empregado no trato com arcebispos, bispos, duques, marqueses, condes, além de uma gama de altos funcionários (como, por exemplo, vice-rei ou governador da Índia).

Nesse sentido, Esperança fez o uso apropriado do pronomes de tratamento, provavelmente, o mais adequado à época ao se dirigir ao Presidente da Província, o que parece indicar que ela conhece a noção sobre o gênero textual carta.

– **dadministração do Cap^{am} Ant^o Vieira de Couto:** ocorre aqui a primeira marca da oralidade ao fazer a aglutinação da contração *da* com a palavra *administração*, tornando os dois um único vocábulo, como ocorre na fala. Ela escreve capitão com **m**, visto que esta letra em posição final pós-vocálica torna a vogal nasal, como em *amam*, *cantam*, *pulam*.

– **cazada:** a troca do /s/ pelo /z/ pode ser explicada pelo fato de que o **s** inter-vocálico ter som de /z/. Esta confusão ainda ocorre em crianças que estão no processo da aquisição da

escrita. Não era comum casamento de escravos, sendo a regra geral eles se unirem informalmente, nem sempre estáveis, conforme Freire (1978) seu casamento deve ser uma herança dos padres jesuítas que não aceitariam a situação informal e realizaram seu casamento conforme as regras da Igreja.

– **desde que o cap^{am} p^a Lá foi adeministrar**: o advérbio *lá* está escrito com letra maiúscula sem que se possa apresentar um motivo para tal. No verbo administrar ela intercala um /e/ desfazendo o encontro consonantal realizando um metaplasmo conhecido como *suarabacti*. Isto ainda ocorre na fala de pessoas de baixa escolaridade, as quais pronunciam *adevogado*, *dificuldade*. É interessante notar que, anteriormente, ao se referir à administração ela não realizou o dito metaplasmo, o que indica que ela se monitorava, porém mesmo assim a oralidade se impunha à escrita:

– **q. me tirou da fazd^a dos algozois**: a abreviação do pronome *que* ocorre em quase toda a carta o que pode ser explicado por esta letra, em si, já apresentar o fonema que se deseja explicitar: q = /quê/. Ainda hoje se costuma abreviá-la (q/) quando se faz necessário. A palavra *fazenda* foi igualmente abreviada de forma *sui generis*. O nome da fazenda de onde ela fora retirada se encontra grafado com letra minúscula e sem indicador de nasalização (til), além da troca de /e/ por /i/, pois em posição pós-vocálica eles tem o mesmo fonema. Exemplo: pães e país. Em ambos os casos o que se ouve é o fonema /i/. A fazenda Algodões ficava onde hoje está o município de Nazaré do Piauí, próxima da cidade de Floriano-PI. Ali viveu Esperança Garcia.

– **aonde vevia com meu marido**: duas marcas da oralidade aparecem aqui: primeira, a construção *aonde* no lugar de onde, conforme prescreve a gramática normativa. *Aonde* deve ser usado com verbo que indicam movimento. Esse tipo de realização ainda é frequente hoje, inclusive em pessoas letradas. Segundo ele escreve *vevia* (vivia), variação ainda encontrada em pessoas de baixa escolaridade. Na palavra *marido* ela corretamente grafou *o* e não *u*, apesar das duas letras, em posição final átona, possuírem o mesmo fonema, sinal de auto-monitoramento.

– **para ser cozinheira da sua caza**: outro sinal de monitoramento: ela conserva o ditongo /ey/ na palavra *cozinheira*, sendo frequente sua monotongação antes de /r/ e /x/ na fala não monitorada como em *barbero* (barbeiro) e *pexe* (peixe).

Na palavra *caza* ela repete o mesmo fenômeno no já visto em *cazada*. A presença de Esperança Garcia na casa do capitão era irregular, pois ela era escrava de propriedade da Província. O dito capitão se utilizava de um “bem” público para fins particulares.

– **onde nella passo m^{lo} mal**: em toda a carta, Esperança dobra a consoante que se encontra em posição intervocálica, com exceção do /z/, conforme já visto acima. A grafia apropriada do *l* final pode ser explicada pelo fato de, o /l/ manter sua pronúncia alveolar: cal’ma, al’to, não se confundindo com o /u/. A forma da palavra m^{lo} remete à escrita utilizada hoje na internet (e-mail, msn, orkut, facebook, twitter) e mensagem via celular .

– **A Primeira hé q**: a oração iniciada com letra maiúscula pode tê-la levado a iniciar a segunda palavra também com letra maiúscula, ocorrendo uma hipercorreção. O verbo *ser* está grafado com *H*, o que era comum até o começo do século passado, e com acento agudo, o que não era comum. Pode ser outro caso de hipercorreção.

– **ha grandes trovoadas de pancadas enhum filho meu**: falta o acento agudo no verbo *haver*, o oposto do que ocorre com o verbo *ser*, visto acima. É notável a realização do /s/ indicador do plural redundante no sintagma *grandes trovoadas de pancadas*, mais um belo exemplo de escrita monitorada. A metáfora *trovoada de pancadas* dá à denúncia um tom assustador. Ela constrói “em um” para *enhum*, certamente por analogia com “nem um” para *nenhum*. Aqui ela foi traída pelo ouvido. Convém salientar que em “filho” não ocorreu a variação comum no Piauí “fio”.

– **sendo hua criança q. lhe fez extrair sangue pella boca:** novamente a forma arcaica do artigo “uma”. No verbo *extrair* ela colocou um *S* no lugar de *X*. Isto pode ser explicado pelo fato de as duas letras, em posição pré-consontal, apresentarem o mesmo fonema. Como nos outros casos, ele duplica uma consoante inter-vocálica: *pella*.

– **em mim não poço explicar:** – no pronome *mim* ela colocou um *N* final no lugar de *M*, pois nesta situação ela apresenta a capacidade de tornar nasal a vogal que as precede.

Em seguida ela escreve *posso* com *ç*, confusão presente até hoje em pessoas letradas, uma vez que o fonema é exatamente o mesmo: *posso* = /poço/.

O verbo “explicar” está grafado com *S* no lugar de *X* pelo mesmo motivo encontrado em *extrair*. Pela primeira vez ela usa o til como indicador de nasalização: *não*.

– **q. sou hu colcham de pancadas:** o artigo arcaico se encontra sem o *M*. Aparentemente ela viu a letra como já tendo em si esse fonema nasal, tal como ocorre com as crianças que escrevem *cato* no lugar de *canto*. A palavra “colchão” está grafada como a palavra “capitão”, já analisada. Notavelmente, no advérbio *não* ela não colocou *M*. Talvez por se um monossílabo. Convém observar a marca do plural redundante em *pancadas*.

– **tanto q. cahy hua vez do Sobrado abacho peiada:** o verbo ‘cair’ está grafado de forma arcaica e “sobrado” inexplicavelmente, está escrito com letra maiúscula. No caso de *abacho*, ocorrem dois fenômenos notáveis: a monotongação do ditongo /ay/, o que é explicável pela presença do fonema /x/, como em *caxa* (caixa), *baxo*(baixo), etc; e a troca do *X* por *CH*, explicado pelo fato de as duas grafias apresentarem o mesmo fonema. Já em *peiada* não ocorreu a monotongação do ditongo /ey/, provavelmente pela presença do *a*.

– **por mezericordia de Ds escapei** – o vocábulo “mezericordia” merece atenção especial: a troca do /i/ por /e/ na primeira sílaba, indicando a sobreposição da oralidade à escrita, e a troca do *s* por *z*, conforme já analisado em *caza* e *cazado*. O substantivo “Deus” está abreviado, o que pode indicar respeito ao escrever o nome santo.

– **A segunda estou eu e mais minhas parceiras a confeçar a tres annos:** de acordo com a gramática normativa deveria ela ter escrito: “estamos eu e mais minhas parceiras”. Sempre presente o plural redundante (*minhas parceiras*) assinalados com o /s/ final. Ele conserva o ditongo /ey/ mesmo estando este antes de um /r/, o que normalmente é realizado como uma única vogal em fala não monitorada; *cadera*(cadeira). Em *confeçar* ela confunde outra vez *SS* com *ç*. Ela ainda confunde há (do verbo haver, indicando tempo passado) com *a* (preposição), fato frequente mesmo em pessoas letrados de hoje. O numeral “três” está grafado sem o acento circunflexo e o plural redundante ocorre em *annos*.

– **e huã criança minha e duas mais por Batizar:** aqui a forma arcaica do artigo feminino recebe um til, ao contrário das outras ocorrências. Vê-se o conflito que ocorria na mente de Esperança quanto a forma de registrar no papel, fenômeno oral como a nasalização. Ora ela usa um *m*, ora um til e outras vezes simplesmente deixa de registrar. Esperança, ao fazer um apelo pelos sacramentos do batismo e da comunhão, mune-se de um argumento muito forte, se se considerar que, naquela época, não havia separação entre a Igreja e Estado, além de marcar o verbo “batizar” com letra maiúscula e provável sinal de respeito ao sacramento da Igreja.

– **pello q. peço a V.S. pello amor de Ds E do Seu Valim^{to}:** a conjunção *e* foi escrita maiúscula provavelmente por influência do substantivo *Deus*, que o precede. No caso de “Seu Valimento” escritos, igualmente com letras maiúscula deve ser interpretado como um deferimento ao Presidente.

– **ponha aos olhos em mim:** sobeja a aqui a preposição *a* não exigida pelo verbo *por*. Provavelmente uma hipercorreção. Vale observar que neste sintagma, Esperança utiliza *m* final na palavra “mim” e não *n* como anteriormente.

– **ordinando digo mandar a Procurador:** na primeira palavra, ela emprega /i/ no lugar de /e/ para fazer em seguida uma autocorreção, trocando o verbo “ordenar” por

“mandar”. A autocorreção parece ter sido motivada por “*mandar*” soar mais forte que “ordenar” não pela troca dos fonemas /e/ por /i/, o que deve ter passado despercebido à Esperança. Há uma troca do artigo **o** pela preposição **a** antes de *Procurador*, e este está grafado com letra maiúscula em sinal de respeito ao seu superior e torturador.

– **que mande p. a faz^{da} aonde elle me tirou**: é a segunda e última vez que ela não abreviou o pronome *que*, porém abreviou a preposição *para* e mais gravemente a palavra *fazenda*. *Aonde* no lugar de *onde*, conforme o exige a regência do verbo *tirar*.

– **p^a eu viver com meu marido e Batizar minha filha**: novamente abreviou a preposição *para* e volta a escrever “batizar” com letra maiúscula. Um terceiro sacramento ela evoca agora: o matrimônio. Esperança se apoia na religião como forma de convencer o Presidente. Notadamente, ela usa o pronome do caso reto antes do infinitivo, como requer a gramática normativa.

– **De V.S Sua escrava Esperança Garcia. 6.9.1770**: naquela época, colocava-se a data no final e não no início da carta, José Neto(2010, p.209), porém o nome do remetente deveria vir antes do nome do destinatário: “De Esperança Garcia para V.S.” A inversão da ordem tanto pode ser um sinal de respeito e humildade como de desconhecimento deste fato. A data, 6 de setembro de 1770 indica que se tinham passados dez anos da expulsão dos seus donos do Piauí (1760).

Conclusão

A carta, em si, é um documento linguístico de pura beleza se se levar em consideração quem, quando e por que ela foi escrita.

Trata-se de um documento digno e merecedor de conhecimento e estudo, pois podemos perceber nesta carta, além da história da civilização, a evolução histórica da língua e até mesmo alguns termos utilizados nas novas ferramentas de comunicação.

Esperança, em sua aflição, produziu mais que uma fonte histórica para pesquisa de escravidão neste Estado, produziu uma pérola para se estudar o português dos séculos XVIII.

Podemos constatar em sua leitura, o quanto é tênue a linha que separa a oralidade da escrita e muitas das “confusões” presentes na cabeça dos estudantes de hoje relacionadas à grafia “correta” não são novas, porém têm raízes antigas.

Observamos nitidamente, que mesmo em uma situação de intenso auto-monitoramento, a condição social de Esperança Garcia se deixa entrever em sua escrita. Admirável é o seu estilo de abreviar as palavras. Faz lembrar o modo de escrever próprio da internet hoje.

Esperança mostra que era capaz de lançar mão de argumentos fortes para o Presidente, tal como os sacramentos e a violência não autorizada do administrador, bem como sua usurpação da uma escrava que não lhe pertencia. A atitude da escrava traduz uma extraordinária coragem de se dirigir ao seu amo e reivindicar seus direitos.

Esperança Garcia demonstra que tinha noções de gênero textual e era capaz de se policiar quanto à forma mais adequada de se expressar.

Se esta escrava não tivesse passado pelo letramento, não teria tido a oportunidade de defender seus direitos junto à administração pública e nem teria imortalizado seu nome, apesar de pouco conhecida e estudada.

Por tudo isto, Esperança Garcia, em sua simplicidade e humilhação, é um símbolo que o Piauí deveria reverenciar e exaltar.

Fica, porém, a dúvida se o Presidente da Província teria atendido ao pedido da escrava. Todavia, é digno de nota que a carta foi arquivada na antiga capital Oeiras, e depois, trazida para Teresina, quando da mudança da Capital. Sua preservação até hoje, parece indicar deferência para com Esperança Garcia e com seu corajoso e grandioso gesto.

Referências Bibliográficas

- ALKMIN, T. M.: **Sociolinguística**. In: BENTES, Ana Christina; MUSSALIN, Fernanda (org), **Introdução à Linguística: Domínios e Fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2001.
- BAGNO, Marcos: **Preconceitos Linguísticos – o que é, como se faz**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- BAZERMAN, Charles. **Escrita, Gênero e Interação Social**. São Paulo: Cortez, 2007.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós cheguem na escola, e agora?** Sociolinguística na sala de aula. 2º Ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- CALVET, Louis-jean: **Sociolinguística: uma introdução crítica**. São Paulo: Parábola, 2002.
- COSTA, Catarina de Sena S. M. da - (Org): **Linguística e Ensino de Língua Portuguesa: Sensibilidade Cultural e Interação Didático-Pedagógica**. Teresina: Editora Gráfica da UFPI, 2000.
- FREIRE, Gilberto; **Casa Grande e Senzala**, Rio de Janeiro, Editora José Olimpo, 1978.
- JOSÉ NETO, Adrião: **Geografia e História do Piauí para Estudantes: da Pré-História à Atualidade**. Teresina: Edições Geração 70, 2010.
- KLEIMAN, Ângela B e Moraes, Silvia E. **Leitura e Interdisciplinaridade: Tecendo redes nos projetos da escola**. Campinas: Mercado de Letras, 2007.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- MOLLICA, M. C. (org.). **Introdução à Sociolinguística Variacionista**. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 1992. (Cadernos Didáticos UFRJ).
- LOPES, Iveuta de Abreu. **Cenas de Letramentos Sociais**. Programa de Pós-Graduação em Letras/UFPE, Recife, 2001.
- SOARES, Magda B: **Letramento: Um tema em três gêneros**. Belo Horizonte, Autêntica, 2006.
- TARALLO, Fernando. **A Pesquisa sócio-linguística**. Editora Ática, São Paulo, 1985.
- TFOUNI, Leda Vendiarí Tfouni: **Letramento e Alfabetização**: Cortez Editora, 6ª edição, São Paulo, 1995.